

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.209 - PR (2019/0302128-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : ANTONIO CAETANO DOS SANTOS FILHO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : ANTONIO CAETANO DOS SANTOS FILHO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## DECISÃO

**ANTÔNIO CAETANO DOS SANTOS FILHO**, paciente neste habeas corpus, alega sofrer coação ilegal em seu direito a locomoção e aponta como autoridade coatora o **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**.

Da análise dos autos, observo que este *mandamus* foi **deficientemente instruído, porquanto não foi juntado pelo impetrante documento algum** que amparasse a análise da cogitada ilegalidade, o que impossibilita a compreensão do caso e inviabiliza o regular processamento deste feito.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

É cogente ao impetrante apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a apontada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indeffiro liminarmente** este habeas corpus.

Nada impede, porém, à vista dos princípios da economia e da celeridade processuais, que, caso a parte traga as aludidas peças faltantes, o pedido seja considerado e analisado.

Em homenagem à ampla defesa, **intime-se a Defensoria Pública** para providências que entender cabíveis.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

